

Para os empresários, a anistia é "absurda"

SERVIÇO OCAL E AGÊNCIA ESTADO

Um absurdo. Essa a reação dos empresários à anistia, pela Constituinte, das dívidas de micro e pequenos empresários, contraídas durante o Plano Cruzado. Para eles, a medida é um perigoso precedente, pois institucionaliza o calote, além de ser injusta para com aqueles que honraram seus compromissos.

Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: "Eu vejo com uma certa tristeza essa medida aprovada pela Constituinte, estou esperando que os cálculos não sejam tão alarmantes como parecem, porque alguém vai pagar e isto é um precedente. Daqui para diante as pessoas que não podem pagar suas dívidas poderão fazer um lobby e tentar melhorar a dívida. É um calote institucionalizado. E aqueles que venderam sua casa e que pagaram a dívida, como é que ficam?"

Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho — vice-presidente da CNI: "É um absurdo total. É absolutamente inaceitável, não é racional, não é justo e é descabível em relação ao momento pelo qual o País atravessa. A anistia é inoportuna, não tem cabimento em nenhum aspecto e é socialmente injusta, porque exis-

STADO DE SÃO PAULO
tantes operários que tiveram que devolver sua casa própria por não terem condições de pagar a correção monetária e eles não foram anistiados".

Roberto Della Manna, presidente do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa: "Mesmo como presidente de uma entidade que defende o pequeno e médio empresário eu lamento a atitude tomada pelos constituintes que vem em prejuízo das empresas e do País como um todo. Sabemos que o governo está tomando medidas de represália cortando as linhas de crédito e financiamento do setor".

Romeu Trussardi, presidente da Associação Comercial do Estado de São Paulo: "A anistia poderá reverter em prejuízo das microempresas, que agora podem ficar com a imagem de más pagadoras, provocando ressentimentos em todo o setor".

Abraham Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo: "Vamos lutar para derrubar a anistia no segundo turno da Constituinte. O segmento agrícola foi conduzido por Ronaldo Caiado, que quer obter vantagens políticas e acabou prejudicando o comércio a a indústria, que terão dificuldades de crédito".

Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro: "Absurdo. O Estado brasileiro poderá falir de vez".

57 JUN 1980